

APONTAMENTOS SOBRE UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA CRÍTICA LITERÁRIA UNIVERSITÁRIA

Grenissa STAFUZZA¹

RESUMO: No presente artigo, tecemos alguns apontamentos sobre uma análise do discurso da crítica literária universitária mostrando uma trajetória de construção do discurso crítico acadêmico especializado na literatura. Para tanto, consideramos a transformação do gênero artigo crítico literário, de autoria de professores universitários, publicados em uma revista especializada, assim como a recepção crítica do escritor James Joyce e de sua obra, ressaltando a sua legitimação na universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Revista Acadêmica. Artigo Crítico-Literário. James Joyce. *Ulysses*.

Introdução

“Quem estudar no futuro a evolução da crítica literária entre nós, neste século, não poderá deixar de observar a diferença na conceituação e no seu exercício entre os anos anteriores à década de 50 e os que lhe sucederam”. É com essa orientação que Afrânio Coutinho inicia o tema “Crítica Velha e Nova” em seu artigo *Crítica de mim mesmo*,² de 1984, com referência ao filósofo Benedetto Croce (1866-1952), que escreveu *Contributo alla critica di me stesso*, em 1918. É a partir do lugar de professor, crítico literário e ensaísta que buscou acima de tudo a renovação da crítica literária brasileira que, na década de 50, encontrava-se, segundo ele próprio, “dominada pelo impressionismo, velho e sovado, e, pior ainda, transformado ou degenerado

¹ Departamento de Letras, UFG, Catalão, GO, Brasil, grenissa@gmail.com

² Artigo de livre acesso na web no endereço <http://www.pacc.ufrj.br/literaria/mimmesmo.html>. Acesso em: 22 fev. 2011.

em simples jornalismo, ou achismo, do gostei ou não gostei”, que tomamos a sua sugestão como percurso neste artigo que ora se configura.

Para tal, trataremos da crítica literária universitária (especialmente a biográfica) a partir de um artigo publicado, em 1959 (*Le mysticisme qui plaisait a Joyce – note sur la source première d’Ulysse*³), na revista francesa *La Revue des Lettres Modernes – Histoire des Idées et des Littératures (R.L.M.)*, de autoria do professor William Bedell Stanford, escrito em 1951. Desse modo, estabelecemos num primeiro momento os fundamentos de Gustave Lanson para a história e crítica literária na universidade para, em seguida, tratarmos da análise do artigo em questão.

Os artigos que compõem esse quadro de período de crítica literária nesta edição da *R.L.M.* apoiam-se na tradição da história literária, assim como nos alicerces de pesquisas filológicas acerca da obra, observados principalmente pelo tempo em que foram escritos (de 1949 a 1962), sendo que a publicação na língua francesa é entre as décadas de 1956 a 1965. Isso demonstra que, mesmo em 1965, já com o surgimento de outras correntes de crítica literária na universidade e suas publicações teóricas, o mercado editorial tinha espaço para a publicação de pesquisas acadêmicas que visavam à tradição de história literária, à urgência (dada a publicação de *Ulysses* em 1922) em tratar do autor, de sua biografia, bem como em definir elementos estéticos da obra que poderiam ser decorrentes de um processo de modernização da linguagem literária. Nessa época já eram comercializadas no mercado editorial revistas literárias especializadas em determinadas correntes de críticas e teorias literárias e, assim como Derrida,⁴ fundamentando-se no desconstrutivismo, tentou dar conta do escritor e seu texto, os professores universitários, voltados para uma memória de crítica literária clássica, também deram a sua contribuição ao modo histórico de se fazer crítica literária, para a literatura joiyana.

³ “O misticismo que agradava Joyce – nota sobre a origem primeira de Ulysses” (nossa tradução do original).

⁴ Jacques Derrida também participa enquanto autor de *La Revue des Lettres Modernes*, com uma publicação de um artigo na edição de 1988, “*Scribble*” 1: *Genèse des Textes*. Seu artigo intitula-se “*Scribble* pouvoir/ écrire” (p. 13-24) e tem como matéria de estudo a obra *Finnegans Wake*, de James Joyce.

Fundamentos de Gustave Lanson para a história e crítica literárias na universidade

Especialmente aqui, faz-se necessário especificar com maior acuidade a relevância da história e da crítica literária, pois, ao final do século XIX, quando a história literária foi instituída como disciplina universitária, esforçava-se para se distinguir da crítica literária, qualificada nessa época como dogmática ou impressionista. Assim, pensamos ser respeitável o debate que se seguiu entre a história literária – tida como uma disciplina erudita – e crítica literária com Lanson, Sainte-Beuve, Taine. A importância também de situar o monumento da *Histoire Littéraire de la France* ressaltando o empreendimento de instituir uma consciência histórica da literatura como instituição social relativa no tempo e dependente do sentimento nacional.

Gustave Lanson (1854-1934) define a história literária, no início do século XX, como uma reconstituição das condições sociais da produção e da recepção literária, programa não realizado, mas firmemente defendido mais tarde por Lucien Febvre, em 1941, e depois por Roland Barthes, em 1960.

Lanson foi um importante estudioso da história da crítica literária francesa, sendo que o seu método apontava a necessidade de estudar crítica literária na universidade. Para Lanson, não havia possibilidade de escrever artigos de jornais, como Sainte-Beuve, ou estudar todas as áreas artísticas possíveis, como Taine: a crítica literária exigia um nível de erudição e de especialidade que forçava o crítico literário a passar sua vida estudando um único autor. Daí o surgimento dos especialistas que hoje dominam a universidade: a estrutura da produção de crítica literária hoje se encontra relacionada com os métodos de Lanson.

Se os críticos da atualidade têm certa ressalva em relação aos métodos de Lanson é porque o estudioso é considerado o precursor do movimento positivista⁵ na crítica. No entanto, lembramos que Lanson é menos positivista que Taine e Zola, uma vez que ele não considera que seja possível fazer uma ciência

⁵ Devemos entender por positivismo em história literária não aquele de Augusto Comte, mas todo o conjunto de técnicas de estabelecimento “positivo” dos fatos literários, segundo as normas oriundas do século XIX e baseadas no pressuposto de que explicar a literatura significava falar de sua origem a partir dos fatos “positivos”, facilmente identificáveis, de autoria, gênese nos fatores exteriores do meio social, histórico, geográfico, biológico. Sílvio Romero é um exemplo de crítico brasileiro que pensava a crítica e a história literária desse modo.

da literatura, tampouco considera que a crítica adquira o *status* de disciplina objetiva. De outro modo, Lanson recusa abertamente o método de Taine, por avaliar a impossibilidade de chegar a fórmulas ou sistemas sobre a criação literária. Assim, ele observa que os estudos de Sainte-Beuve são bem mais interessantes porque seu método é mais impressionista.

Lanson também é respeitável pela dimensão internacional que deu à literatura francesa. Até o final do século XIX, os críticos eram importantes personalidades nacionais, mas a crítica francesa não era considerada vanguarda internacional no campo das artes. Até Lanson, que foi considerado uma personalidade internacional e circulava no meio acadêmico norte-americano, tornando-se muito conhecido também pelo seu texto de *Histoire de la littérature française* (1894),⁶ que se transformou em um modelo para livros similares. Os manuais de literatura hoje em dia, por exemplo, são geralmente baseados no modelo de Lanson: divisão por gêneros, por estilos literários, abordagem de questões históricas e sociais. Nesse caso, não vemos mais uma história literária focada no ambiente, como ocorre no caso de Taine, ou preocupada pelo indivíduo, pelo gênio, como no caso de Sainte-Beuve.

Além de sua importância na história literária, podemos dizer que Lanson ocupa um lugar fundamental em outro campo da crítica literária: o do estudo dos manuscritos. Primeiramente, ele expressa a necessidade de um estudo das fontes literárias, ou seja, procurar, nos manuscritos de um determinado autor, a história, ou o evento, no qual ele se inspirou. Desse modo, nos manuscritos de Zola, por exemplo, podemos encontrar um recorte de jornal que ele empregou para criar o enredo de determinado romance. Logo, o estudo das fontes tem ainda origem na necessidade de ligar a literatura à realidade e, assim, destacar que a literatura tem valor por se basear em um fato real. Outro aspecto desse estudo é a busca de influências: ao estudar o manuscrito de Lamartine, por exemplo, podemos encontrar referências a um poema de Victor Hugo e, conseqüentemente, comprovar que ele foi uma influência para Lamartine. Para Lanson, esse procedimento tinha um objetivo bem específico: procurar o que era original em cada autor (LANSON, 1938, p. 425).

Assim, o desenvolvimento de um tipo de crítica literária positivista dominada pela descrição de fatos históricos relacionados com a vida dos autores, pelo relato da história local e dos ambientes sociais em que os autores viveram,

⁶ Nossa edição: *Histoire de la littérature française*. Paris: Hachette, 1938.

tudo confluindo para um estudo de influências que havia de determinar o perfil literário de um escritor, terminava por formalizar essa metodologia crítica à qual se denominou *lansonismo*.

Todos os mecanismos de interpretação e compreensão da obra de arte literária fundavam-se na pesquisa de dados pessoais sobre os autores, os pormenores de suas vidas, condições de produção das obras, leituras realizadas e o convívio com outros escritores contemporâneos. Esse tipo de prática literária foi base de trabalho de *Histoire de la littérature française* e dos vários estudos que Lanson realizou sobre Bossuet, Boileau, Corneille e Voltaire.

Notamos que essa investigação liga-se ainda a uma perspectiva científica da crítica literária, implicando que as afirmações organizadas em um texto ou artigo crítico devem ser evidenciadas com subsídios da realidade. Sob esses termos, a citação em um manuscrito seria uma prova. Entretanto, sabemos que um literato pode fazer referências a outro autor sem citá-lo explicitamente em seu manuscrito, de modo inconsciente – se considerarmos a característica da heterogeneidade intrínseca ao texto literário. Nos estudos em literatura e crítica literária hoje, raramente fala-se do conceito de influência (exceto em Harold Bloom), sendo esse termo substituído pelo conceito de intertextualidade, ou seja, pressupõe-se que todos os textos estariam em uma rede intertextual, estariam relacionados a outros textos.

Notamos, inclusive hoje, na universidade, tanto de modo empírico quanto tomando como dados de análise os artigos da *La Revue des Lettres Modernes*, a força da influência da história e crítica literária que preconizava Lanson: o uso do método biográfico nas análises de obras literárias, a verificação do contexto histórico-social que se aplica à obra, as “influências” de outros autores na obra do autor em estudo. Isso não significa uma falta de renovação na universidade ou que a continuidade da história literária *à la* Lanson denota o atraso curricular no modo de se fazer crítica. De outro modo, é a força da tradição da história literária na universidade, sendo esse um processo histórico de fazer crítica e, portanto, reconhecido.

Notas sobre a crítica literária de jornal

Sainte-Beuve (1804-1869), no século XIX, trabalhava uma semana preparando seus artigos, que, pelo valor crítico, o tornaram uma das grandes figuras da história literária da França. A crítica, assim, consistia num elaborado

artigo semanal, estampado nos rodapés ou folhetins de jornais, com a finalidade de prestigiar os livros publicados no momento. A metodologia crítica de Sainte-Beuve fundamentava-se no fato de que a obra de um escritor seria primeiramente todo um reflexo de sua vida e poderia explicar-se por meio dela. Esse método estabelece-se sobre a busca do intento poético do autor (intencionalismo), bem como sobre suas qualidades pessoais (biografismo). Depois disso, vários escritores reproduziram a fórmula de Sainte-Beuve: Anatole France, Émile Faguet, Edmond Jaloux, André Rousseau, entre outros.

No entanto, nesse momento histórico, a crítica praticada no jornal era outra, superficial, baseada no “gostei” ou “não gostei” deste ou daquele livro, não havia um seguimento teórico aprofundado e fundamento. A crítica de jornal precisou sair do jornal para ganhar metodologia, aperfeiçoamento e especialização. O perfil de quem escrevia críticas (e aqui dizemos “crítica” de forma mais superficial e sem, de fato, querer dizê-la por falta de um vocábulo que a denomine melhor, pois o que resulta de colunas de jornal hoje são resenhas de livros e não críticas) era em sua maioria jovens iniciantes nas letras⁷ ou mesmo figuras idosas opinantes convencidas da sua verdade, mas que não estudavam os livros, não aprofundavam as leituras, apenas exerciam o direito que adquiriram por qualquer motivo – prestígio ou amizade com o dono de um jornal – e atiravam-se ao combate exercendo de modo catedrático a censura literária, condenando uns e elevando outros. Logo:

Jamais eram trabalhos isentos e objetivos. Conquistavam fama de inteligentes e sabedores, sem que ninguém lhes houvesse presenciado os estudos e se montavam num rodapé de um grande jornal dando as cartas. Eram ferrenhos na distribuição do castigo e da condenação, com a fêrula sempre erguida e o dedo em riste. Ninguém podia com eles, ninguém lhes escapava. Metidos a gênios, só porque todos lhes tinham medo, não passavam de geniosos, como diria Mário de Andrade. (COUTINHO, 1984)

Esse exercício e esse perfil de “crítico” parece que se extinguiram com o jornal moderno. Pode ser que ainda tenha um ou outro que praticam esse ofício, que é para Coutinho, um “simulacro de crítica”, mas que se aproximava mais da resenha. O jornal moderno e factual só se interessa pela notícia ou

⁷ Podemos citar vários literatos que quando eram universitários iniciantes, e mesmo depois de consagrados no mundo da literatura – o que era comum no século XIX e até meados do século XX –, fizeram disso um exercício de escrita, como o próprio Joyce, Victor Hugo, Émile Zola, Machado de Assis, entre muitos outros.

pelo comentário sobre a atualidade, afastando ou reduzindo a literatura e, conseqüentemente, a crítica. Nesse sentido, ele prefere o breve noticiário sobre livros, no intuito de divulgar as obras para o público a pedido (e mediante o pagamento) de suas editoras. E a velha crítica de jornal se transforma na resenha, geralmente uma nota curta que induz o leitor a se interessar pelo livro e adquiri-lo: o jornal passa a ser também o meio de publicidade e propaganda, o meio de promoção da obra.

Assim, no século XX, Sainte-Beuve cede e a crítica literária muda-se de lugar e de *status*, transferindo-se para as revistas especializadas e universidades que as veem como objeto de ensino, análise e interpretação, considerando-a a partir de um arcabouço teórico e metodológico específico. O que o jornal moderno permite ainda é a resenha, anúncio ligeiramente comentado dos livros, por uma pessoa com maiores informações do que o leitor comum. Portanto, esse método não pode ser considerado como crítica, mas sim prática jornalística aplicada à literatura, exercida por alguém mais apto para a leitura e com maior capacidade de percepção literária.

O resenhador pronuncia em suas resenhas uma impressão, é um impressionista que fornece uma opinião para o público, sem se basear em qualquer código ou critério, sem uma teoria dos valores, sem fundamentos técnicos para consagrar ou condenar uma obra literária.

Sente-se bem a diferença entre crítica literária e resenha quando se recorre ao mundo anglo-saxônico. Para a crítica de um artigo de jornal que trata da publicação dos livros do momento, denomina-se na língua inglesa *review*, *bookreview*, sendo a própria atividade *book-reviewing*. Assim, o *reviewer* é um escritor designado a resenhar os livros de publicação recente. Nos grandes jornais de circulação, essa ocupação é desempenhada de modo rotativo, ou seja, diversos escritores revezam-se na tarefa, de acordo com sua preferência e gosto em relação aos gêneros: há aqueles que preferem resenhar livros de ficção; outros, de política; outros, de poesia; livros de história; filosofia; biografias etc. Nesse sentido, há uma especialização, sendo que os encarregados dos suplementos literários ou colunas de revistas consagradas às resenhas já conhecem as preferências dos escritores colaboradores ao fazerem a distribuição das incumbências.

Desse modo, nenhum colaborador transforma-se em crítico ao escrever os *reviews*, pois se limita a elaborar comentários superficiais, em decorrência da rápida leitura, sem estudo ou profundidade, que são pagos como anúncios

de editoras. Por isso é comum que os autores de livros resenhados escrevam cartas contestando as leituras dos *reviewers*, discutindo-lhes os comentários, contrapondo suas afirmações. Logo, as resenhas têm o seu lugar, mas não são críticas.

A crítica, por sua vez, possui uma concepção de natureza diferente da própria literatura, do fazer literário. A crítica enfrenta a literatura: reveste-se de todo um aparato de trabalho para adentrar na obra literária. A primeira etapa da construção da crítica literária é que o crítico faça leituras aprofundadas, que estude a obra para analisá-la, para estabelecer sua crítica; e isso significa dizer que o crítico possui qualidades que lhe dão a autoridade de estabelecer a crítica, pois ele possui formação para escrevê-la, conhece a história literária e teorias, as técnicas que a poética, a retórica, a estilística, a linguística etc., colocam à sua disposição. E então passa ao julgamento da obra, uma vez que não há crítica sem juízo estético, pois não se trata de uma análise somente descritiva; a análise é também valorativa.

Evidentemente, a crítica é um ato fundamentado, dotado de regras e normas e, por isso, instaurou-se no ensino dos cursos de Letras, na cátedra universitária, veiculando-se em teses, revistas e livros especializados. A chamada crítica universitária é um resultado da vida moderna, da especialização do saber, da sofisticação do conhecimento. Por meio da crítica, do ato crítico sobre a literatura, há o exercício profundo de leitura e reflexão que exigem a análise e o julgamento da literatura.

Crítica literária universitária no século XX: duas críticas, um objeto e a eclosão das revistas

Distintas da crítica de jornal, as duas críticas de que nos fala Barthes revelam tensão na academia: primeiramente por ambas serem especializadas no objeto literário e, em segundo lugar, por ambas estabelecerem-se com propriedade nos cursos de Letras das universidades francesas. Trata-se, designadamente, da crítica universitária e da crítica da interpretação.⁸

⁸ É pertinente mencionarmos que essa distinção designativa entre “crítica universitária” e “crítica de interpretação” foi convencionalizada. Não significa que a crítica de interpretação esteve ou esteja fora da universidade. Ambas encontram-se na universidade, sendo que a diferença fundamental é que a crítica universitária designa-se dessa forma por ter uma tradição de crítica literária, já a crítica de interpretação possui um vasto repertório pensado no século XX, sendo que sua prática universitária é posterior aos anos 50.

A crítica universitária possui uma tradição legitimada pelo método positivista herdado de Lanson e, conseqüentemente, possui seus fundamentos na história literária. Isso significa dizer que a crítica universitária tem seu programa definido a partir do estabelecimento de fatos biográficos ou literários. A crítica da interpretação, por sua vez, possui representantes bem distantes uns dos outros, como J. P. Sartre, G. Bachelard, L. Goldmann, G. Poulet, J. Starobinski, J. P. Weber, R. Girard, J. P. Richard. O que eles têm em comum é que se ligam a uma das grandes ideologias da época, o existencialismo, o marxismo, a psicanálise, a fenomenologia. Por isso poderíamos também denominar essa crítica de crítica ideológica, opondo-se à crítica universitária (apesar de o positivismo constituir-se também em uma ideologia) que busca ser objetiva, recusando-se a admitir novas teorias e ideologias.

Assim, existem acordos entre as duas críticas: a crítica ideológica é admitida e praticada por professores universitários franceses, pois, por razão de tradição e profissão, o estatuto intelectual confunde-se facilmente com o estatuto universitário; e, por outro lado, a universidade reconhece a crítica da interpretação. A prova disso são as teses de doutoramento que abordam o assunto.⁹

Ao considerarmos a tradição e a força da herança positivista nos cursos de Letras das universidades francesas, concordamos com o que Barthes (2007, p. 150) considera:

As aquisições do positivismo, suas próprias exigências, são irreversíveis: ninguém hoje, qualquer que seja a filosofia que adote, pensa em contestar a utilidade da erudição, o interesse das *mises au point* históricas, as vantagens de uma análise fina das “circunstâncias” literárias, e se a importância concedida ao problema das fontes pela crítica universitária pressupõe já uma certa ideia do que é a obra literária, nada pelo menos pode opor-se a que se trate esse problema com exatidão, uma vez que se decidiu colocá-lo; não existe pois, à primeira vista, nenhuma razão que impeça as duas críticas de se reconhecer e de colaborar entre si: a crítica positivista estabeleceria e descobriria os “fatos” (já que tal é sua existência) e deixaria a outra crítica livre para interpretá-los, ou mais exatamente “fazê-los significar” por referência a um sistema ideológico declarado.

⁹ Necessariamente devemos especificar que as teses defendidas nas universidades da França (em especial nos anos 60 e 70, do século XX) que tiveram como fundamento de análise ou de referência teórica a crítica da interpretação eram mais liberalmente aceitas por uma banca de professores examinadores da área da filosofia do que das letras (BARTHES, 2007). Isso significa dizer o quanto a tradição da história literária e da biografia orientava e dominava as leituras dos professores universitários das letras.

No entanto, a relação não é tão pacificadora quanto parece, já que o lugar comum dessas duas críticas é a universidade: se a crítica da interpretação é pensada e praticada por professores universitários intelectuais, ela é ou não admitida e posta em prática também por professores que carregam o mesmo *status*. O que está em questão são as duas ideologias em concorrência: de um lado, o positivismo, que inspira a crítica literária universitária limitando suas leituras às “circunstâncias” da obra, praticando um postulado parcial da literatura quando não questiona a criação literária, colocando-se na posição de ser uma crítica objetiva; e, de outro, a crítica de interpretação, que também pode ser chamada de crítica ideológica por interpretar o texto literário a partir de um outro lugar, seja o histórico, o psicológico, o existencialista, mas que são lugares interpretados na obra literária e interpretáveis também na mentalidade ideológica de dada época.

Dito isto, podemos observar que a crítica universitária recusa implicitamente a crítica de interpretação justamente pelo posicionamento ideológico em que elas se encontram e não porque a crítica universitária seja retrógrada nem porque recuse veementemente o novo por puro receio de perder sua cátedra. Logo, sobre essa matéria de debate, assim esclarece Barthes (2007, p. 159-160):

Já que esses princípios ideológicos diferentes são possíveis *ao mesmo tempo* (e de minha parte, de certo modo, eu subscrevo *ao mesmo tempo* cada um deles), é que sem dúvida a escolha ideológica não constitui o ser da crítica, e que a verdade não é sua sanção. A crítica é outra coisa diversa de falar certo em nome de princípios “verdadeiros”. Portanto, o pecado maior em crítica, não é a ideologia, mas o silêncio com o qual ela é recoberta: esse silêncio culpado tem um nome: é a boa consciência ou, se se preferir, a má-fé. Como acreditar, com efeito, que a obra é um objeto exterior à psique e à história daquele que a interroga e em face do qual o crítico teria uma espécie de direito de extraterritorialidade? Por que milagre a comunicação profunda que a maioria dos críticos postulam entre a obra e o autor que eles estudam cessaria quando se trata de sua própria obra e de seu próprio tempo? Haveria leis de criação válidas para o escritor mas não para o crítico? Toda crítica deve incluir em seu discurso (mesmo que fosse do modo mais indireto e pudico) um discurso implícito sobre ela mesma; toda crítica é crítica da obra e crítica de si mesma; para retomar um trocadilho de Claudel, ela é conhecimento do outro e co-nascimento de si mesmo ao mundo. Em outros termos ainda, a crítica não é absolutamente uma tabela de resultados ou um corpo de julgamentos, ela é essencialmente uma atividade, isto é, uma série de atos intelectuais profundamente engajados na existência histórica e subjetiva (é a mesma coisa) daquele que os realiza, isto é, os assume.

A discussão em torno da função da crítica, do papel do crítico literário permite-nos pontuar, por um lado, questões de linguagem e, por outro, a difusão dessa linguagem especializada em estudos literários para seu público. As décadas de 50 e 60 do século XX mostraram-se férteis para o mercado editorial e o crescente volume de revistas que publicavam estudos sobre literatura nessa época ocorre por decorrência da efervescência intelectual desse período, quando podemos notar o surgimento e a expansão das mais variadas correntes de crítica literária.

Sob essa perspectiva, as revistas constituem o lugar de sociabilidade do conhecimento sobre literatura e linguagem, além de ser o local ideal de confluências, trocas e debates entre grupos de professores estudiosos que influenciaram o pensamento na universidade. Logo, as revistas são os meios maiores de divulgação desses grupos e acabam se dividindo conforme o pensamento do grupo que a fundou ou de seu iniciador. Sobre essa questão, Dosse (2007, p. 359) afirma que:

Entre as revistas que vão transformar o leitorado de ciências humanas em multidão de partidários do estruturalismo pode-se distinguir aquelas que se dirigem ao público especializado de uma determinada disciplina, as que se apresentam como a própria expressão da indisciplinaridade reivindicada e, enfim, as que, vinculadas a uma corrente política, sentem-se “interpeladas” pelo fenômeno e abrem suas páginas para um diálogo com os seus representantes.

Para citar alguns exemplos de revistas e correntes que as nortearam, tem-se o lançamento, em 1956, do primeiro número da revista de Lacan, *La Psychanalyse*, em que se encontra publicado o célebre relatório de Roma, de Lacan, um artigo acerca da função e campo da fala e da linguagem em psicanálise, um artigo de Heidegger e um texto sobre a função da linguagem na descoberta freudiana, de Émile Benveniste. Em 1960, é publicada pelas edições *Seuil* uma revista que depressa se converte na expressão dessa ambição sincrética que o estruturalismo representa: *Tel Quel*. Revista que revela a preocupação de síntese da época uma vez que não procede de nenhuma disciplina em particular entre as ciências humanas. É lançada por escritores e tem por alvo o público intelectual de vanguarda. Como sua epígrafe, *Tel Quel* retoma uma declaração de Nietzsche: “Quero o mundo e quero-o TAL QUAL, e quero-o ainda, quero-o eternamente”.¹⁰ Segundo Dosse (2007, p. 363), acerca desse primeiro número da *Tel Quel*,

¹⁰ *Tel Quel*, nº 1, Paris, Le Seuil, 1960.

A declaração liminar do primeiro número denota uma intenção essencialmente literária [...] Todo esse grupo tem um objetivo essencialmente literário, mas se o termo de ciência é colocado em epígrafe na capa, o projeto visa apropriar-se de todas as formas vanguardistas e modernistas das ciências humanas a fim de promover uma nova escritura. E nesses anos 60 é o estruturalismo que encarna essa modernidade científica, de onde um subtítulo muito abrangente: “Literatura/Filosofia/Ciência/Política”. Mas o objetivo continua sendo literário.

A meta da revista é ser transdisciplinar, sendo sua finalidade influenciar a criação literária, mudar o modo de escritura e de reflexão sobre a linguagem literária, fundamentando a nova estilística nas contribuições do estruturalismo. Logo, a revista coloca-se como um lugar de trocas por excelência, cujo princípio incidiu em pensar a *avant-garde*.

Em 1961, surge a revista francesa de antropologia *L’Homme*, tendo como fundador Lévi-Strauss, que tem como colaboradores Pierre Gourou (um geógrafo) e Émile Benveniste (um linguista). Ainda podemos citar a revista *Communications*, que teve seu nascimento também em 1961, desempenhando um importante papel na difusão das teses estruturalistas. Essa revista foi fruto dos encontros dos membros do *Centre d’Études des Communications de Masse* (Centro de Estudos e de Comunicação de Massa – CECMAS) da 6ª Seção da *École Pratique des Hautes Études* (EPHE), constituído em 1960 por iniciativa de Georges Friedmann. Assim, o comitê de redação da revista era bem diversificado em relação às correntes de pensamento que professavam: Roland Barthes, Claude Brémont, Georges Friedmann, Edgar Morin, Violette Morin.

Já em 1966, ano da cerimônia estruturalista, aparece a revista *La Linguistique*, sob a direção de André Martinet e, nesse mesmo ano, a *Larousse* lança a sua própria revista de linguística, *Langages*, tendo como conselho de redação, Roland Barthes, Jean Dubois, Algirdas-Julien Greimas, Bernard Pottier, Bernard Quemada e Nicolas Ruwet. Podemos considerar a *Langages* como a revista que reuniu os nomes de maior prestígio da linguística moderna, sendo que o encontro dessa equipe que nela trabalhou partiu dos encontros, colóquios e seminários de Besançon.

Dentro do pensamento do Partido Comunista Francês (PCF), podemos destacar o semanário literário, *Les Lettres françaises*, fundado em 1942 e saído de circulação em 1972. Dirigido por Louis Aragon e Pierre Daix, *Les Lettres françaises* revelava os primeiros encontros do PCF com o movimento literário de vanguarda, o estruturalismo e a universidade antes de 1968. A

segunda revista do PCF aberta ao debate foi a *La Nouvelle Critique*, fundada em 1948, que se apresentava como o órgão da ortodoxia comunista em relação às questões de estética e cultura. Em 1967, a revista desfruta de uma “lógica de abertura” e ganha uma relativa autonomia em relação à direção do PCF, tendo a incumbência de examinar cuidadosamente o campo das ciências sociais. Essa busca de novas alianças faz com que os intelectuais do PCF valorizem o lugar de uma história fecundada pelas ciências sociais,

[...] e Antoine Casanova dirige toda uma reflexão coletiva na revista. Publica numerosas intervenções sobre esse tema que serão reimpressas numa coletânea publicada em 1974, *Aujourd’hui l’histoire*, onde ao lado dos historiados comunistas, pode-se ler André Leroi-Gourhan, Jacques Le Goff, Jacques Berque, Georges Duby e Pierre Francastel. (DOSSE, 2007, p. 366-367)

La Nouvelle Critique torna-se, desse modo, a partir de 1967, um lugar de debates, de abertura para a modernidade e, conseqüentemente, de confrontação com as teses estruturalistas, uma vez que as discute e as comenta.

Tendo o combate político como prioridade absoluta, preconizando a ideologia maoísta, alguns dos discípulos de Louis Althusser lançam no final de 1965 os *Cahiers marxistes-léninistes*. O sucesso da revista é imediato, sendo divulgada pela União dos Estudantes Comunistas, no entanto, em 1966, o número 8 da revista suscita uma grave crise, sendo bloqueada a sua distribuição, pois não se reconhece mais seu princípio ao elaborar um número inteiramente dedicado aos poderes da literatura. Assim, uma dupla ruptura ocorre nesse ano, entre o grupo liderado por Jacques-Alain Miller para fundar um círculo de epistemologia que vai editar posteriormente *Les Cahiers pour l’analyse* e o que vai atingir a União dos Estudantes Comunistas, no momento em que o setor “pró-chinês” é dissolvido e deve fundar sua própria organização: a União das Juventudes Comunistas Marxistas-Leninistas (UJCML). Assim, a partir do número 9-10 dos *Cahiers marxistes-léninistes*, o diretor da publicação passa a ser Dominique Lecourt e a referência a Althusser é cada vez mais acentuada.

Aqui citamos apenas alguns exemplos de revistas do período de que também faz parte o nascimento da revista que é o foco desta pesquisa – *La Revue des Lettres Modernes - Histoire des Idées et des Littératures* –, com a perspectiva de situar o momento social e histórico da eclosão das revistas especializadas, bem como de considerar se elas baseavam-se em uma disciplina,

em uma área específica ou se buscavam a confrontação com o período e o pensamento dominante da época.

Distintamente da *Tel Quel*, da *La Nouvelle Critique* ou da *Langages*, *La Revue des Lettres Modernes (R.L.M.)* não tinha (nem tem) como fundamento ideológico uma perspectiva vanguardista, ou mesmo de superação política. A revista foi fundada em 1954, sendo fruto de um período consagrado à história das ideias e das literaturas, sob a direção do editor Michel J. Minard (1928-). A revista é produzida pelas *Éditions Lettres Modernes Minard*, situada em Paris, França, e suas publicações são independentes. Dentre os artigos que configuram a revista encontramos contribuições analítico-críticas de professores universitários que também são especialistas, ensaístas, críticos literários e escritores. O que a torna interessante para este estudo é que a sua produção conta com artigos de professores universitários, não tão renomados, nem tão prestigiosos quanto aqueles autores que publicavam nessas célebres revistas. Talvez por isso mesmo a *R.L.M.* permita-nos observar de modo mais marginal a recepção e a entrada de James Joyce na universidade. Isso significa pensarmos na questão da “popularização” do autor e de sua obra, pois quando grandes nomes professorais escrevem sobre determinados literatos – no caso de Derrida, por exemplo, que consagrou James Joyce em alguns de seus artigos – temos o olhar de um especialista sobre aquele autor. No entanto, quando temos a massa de professores universitários produzindo artigos sobre a obra de determinado autor é que podemos enxergar a verdadeira extensão da aceitação do autor na universidade.

“Le mysticisme qui plaisait a Joyce – note sur la source première d’Ulysse”, por W. B. Stanford (1959)

O autor do artigo em análise, o professor irlandês William Bedell Stanford (1911-1984), foi professor de grego em *Trinity College*, em Dublin, Irlanda, sendo ainda reitor dessa mesma instituição no período de 1982 a 1984, quando falece.

Para desenvolver o seu texto, Stanford parte de uma afirmação – encontrada na obra *James Joyce*, de Herbert Gorman (1941, p. 222) – supostamente feita por Joyce em sua estada em Zurique, Suíça, em 1917. De acordo com as referências do autor, ao curso de uma conversa, Joyce teria dito: “Eu tinha doze anos quando estudei a Guerra de Troia, mas somente a história de Ulysses resta

na minha lembrança. Era o misticismo que me agradava” (1959, p. 135).¹¹ (nossa tradução do original)

Assim, a partir disso, Stanford pretende buscar as “primeiras origens” desse “misticismo” que tanto “agradava” Joyce no que diz respeito à epopeia homérica. Para responder à questão proposta por Stanford em seu artigo, “onde Joyce pôde encontrar esse misticismo que lhe agradava?” (1959, p. 138)¹² (nossa tradução do original), o autor resgata o currículo escolar do programa preparatório de graduação de 1894, do Colégio Belvedere. O curso de literatura inglesa da classe preparatória compreendia os sete primeiros capítulos de *Adventures of Ulysses* (1808), obra destinada aos jovens leitores, do ensaísta inglês Charles Lamb. Revelando dados biográficos de James Joyce, no que diz respeito ao curso mencionado, Stanford recupera a data de 13 de junho de 1894, do período vespertino, no qual, Joyce aos seus 12 anos é submetido, juntamente com seus colegas de classe, a um exame de literatura inglesa. De acordo com o autor do artigo, o exame escolar trazia cinco questões gerais, que nada tinham de místicas, sobre as viagens do herói Ulysses. James Joyce obteve um total de 455 pontos sobre 1200 na prova de literatura inglesa; essa pontuação apresenta-se como medíocre para Stanford, que faz uma comparação com a sua média em latim: 700 pontos sobre 1200.

A pretensão do professor Stanford de se fazer uma crítica biográfica sobre a formação de leitura do jovem James Joyce mostra também que a avaliação medíocre dos escritos de Joyce sobre o texto de Lamb tem a sua origem: “Como que as *Aventuras de Ulisses* de Lamb puderam comunicar ao jovem Joyce um sentido místico que se faz estranho à maneira de Lamb?” (1959, p. 139).¹³ (nossa tradução do original)

Segundo Stanford, na primeira frase de seu prefácio, Lamb indica que seu livro é de “alguma sorte” um suplemento a *Télémaque* de Fénelon,¹⁴ obra

¹¹ No original: “J’avais douze ans quand j’étudiai la Guerre de Troie, mais seule l’histoire d’Ulysse resta dans mon souvenir. C’était le mysticisme qui me plaisait.”

¹² No original: “où Joyce put-il donc trouver ce mysticisme qui lui plaisait?”

¹³ No original: “Comment les *Aventures d’Ulysse* (grifo do autor) de Lamb purent-elles communiquer au jeune Joyce un sens mystique qui est tout à fait étranger à la manière de Lamb?”

¹⁴ François de Salignac de la Mothe-Fénelon, conhecido como François Fénelon (1651-1715), foi poeta e escritor francês e também teólogo romano católico. Autor de *Télémaque* (escrito no período de 1693-1694), o autor utiliza-se do mito grego de Telêmaco, filho de Ulysses, para atacar a monarquia absolutista, assim como a dominação ideológica na França de Louis XIV.

de característica profana e humanista. Lamb reconhece, em seu prefácio, ter seu estilo e atitude influenciados por uma “certa versão fora de moda” (1959, p. 139),¹⁵ fazendo alusão à tradução de Chapman,¹⁶ que acabou sendo tirada do arcaico e conseqüentemente do esquecimento, quando o ensaísta faz aparecer dela as riquezas imaginativas, assim como quando o poeta inglês J. Keats escreve um soneto intitulado “On the first looking into Chapman’s Homer”. De acordo com Stanford, foi sem dúvida a indiferença que professoria Pope¹⁷ por seus “mistérios” a causa essencial do abandono dessa tradução de Chapman no século XVIII. Desse modo, o professor Stanford, numa leitura bem mais aprimorada, cuidadosa e aprofundada, explicita o diálogo que Chapman estabeleceu entre a sua obra e as de Lamb e Fénelon – diálogos desconhecidos pelos professores que formavam a banca de examinadores do Colégio Belvedere – explicitando igualmente a correspondência entre os autores e a decorrente influência desse diálogo na leitura do jovem Joyce.

Chapman representa, na análise biográfica de Joyce desenvolvida por Stanford, o plano do misticismo que influencia o texto literário de Lamb, sendo o estudante Joyce considerado pelo autor do artigo um leitor sensível por perceber essa influência. Esse trabalho de “revirar” toda uma documentação escolar do Colégio Belvedere em busca das “origens” do misticismo que tanto agradava Joyce nas obras de Homero aparece como o mote de trabalho do professor crítico, que utiliza em seu artigo uma forma de crítica literária comum ao seu tempo: deixar transparecer as influências de leitura na formação do escritor, vasculhar na história do escritor a procedência de sua formação intelectual. São objetivos que fazem parte de uma “filologia do escritor” que não passa necessariamente pela obra desse escritor.

Após essa revelação de influências de pensamento entre os autores Chapman-Lamb-Joyce, Stanford parte para uma constatação dessa afirmação na obra de Chapman, apresentando o que o autor diz na epístola dedicatória de sua *Odisseia*:

¹⁵ No original “une certaine version démodée”.

¹⁶ George Chapman (1559-1634), tradutor, dramaturgo e poeta inglês. Traduziu as obras de Homero, *Iliada* (tradução publicada em 1598) e *Odisseia* (tradução publicada em 1616).

¹⁷ Alexander Pope (1688-1744), poeta e crítico inglês, tradutor de Homero. Pope traduziu a *Iliada* no período de 1715 a 1720. Encorajado pela favorável recepção crítica de sua tradução de *Iliada*, traduz a *Odisseia* (publicada em 1725-1726), mas por esta segunda tradução recebeu duras críticas.

Esta poesia universal não é somente fantástica e fictícia; ela contém também verdades das mais materiais e mais doutrinárias; nas quais, se é verdade que o corpo – a saber os fatos literários ou históricos – aparenta-se fictício e incapaz de existir autenticamente, é preciso buscar a significação e a alegoria que estão em sua alma. (1959, p. 140)¹⁸ (nossa tradução do original)

Com isso, o professor evidencia a sua hipótese de que a escrita de Chapman era alimentada pelo misticismo e que Lamb a conserva em sua obra de forma que ele passa despercebido pela banca examinadora de professores do Colégio Belvedere. Exceto a Joyce, que, de acordo com Stanford, não só apenas compreendia, mas também sentia prazer pelo místico que exalava da escritura de Lamb, tendo inclusive expressado esse gosto pelo misticismo em sua obra *Ulysses*.

Se considerarmos que o artigo crítico em análise foi escrito e publicado inicialmente em língua inglesa em 1951¹⁹ e publicado novamente em língua francesa, em 1959, sem novas considerações ou revisão de argumentos, pertencendo a uma edição de uma revista (*R. L. M.*) especializada na divulgação de artigos acadêmicos de crítica literária que trouxe como título de publicação *Configuration Critique I*, três questões devem ser consideradas para tratarmos do funcionamento do discurso da crítica literária acadêmica que se apresenta no artigo em questão: i) a França “dos literatos” recendia o estruturalismo como modelo de análise crítica e, ainda, devemos considerar a visão editorial da revista nessa época; ii) a história literária tinha o lugar sacramentado nos currículos das faculdades de Letras francesas; iii) o título “Configuração Crítica” da edição da *R.L.M.*, para nomear o trabalho da crítica literária universitária de um determinado autor e sua obra, não pressupõe que a obra será posta em análise crítica, pois isso depende de alguns fatores: a formação do professor-autor, as influências acadêmicas e intelectuais, a inserção em correntes literárias da época etc.

¹⁸ No original: “Cette poésie universelle n’est pas seulement fantastique et fictive; elle contient aussi les vérités les plus matérielles et les plus doctrinales; dans lesquelles, s’il est vrai que le corps – à savoir les faits littéraires ou histoire – semble fictif et incapable d’exister réellement, il faut chercher la signification et l’allégorie qui en sont l’âme.”

¹⁹ “The Mysticism that Pleas'd Him: A Note on the Primary Source of Joyce's *Ulysses*”. In: *Envoy: A Review of Literature and Art*. Dublin, v. 5, n. 17, p. 62-69, maio de 1951. Tradução e publicação na *La Revue des Lettres Modernes* com a autorização do autor. É pertinente mencionar que essa informação encontra-se subsequente ao editorial da revista: juntamente com o nome das universidades em que os autores atuam como professores, aparece se o artigo é um artigo que já foi publicado em outra fonte, sua data de publicação inicial e sua língua de origem.

No artigo em estudo, por exemplo, o autor faz uma análise filológica (que não é representativa de uma biografia, mas que ao mesmo tempo não deixa de mencioná-la), considerando primeiramente a urgência de uma pesquisa histórica sobre o escritor James Joyce, seus anos de formação em sua época de colégio e sua sensibilidade de leitor, dispensando, assim, o trabalho da análise da obra do autor Joyce. Como a filologia constitui uma área do conhecimento especializada no tratamento de textos, em que o próprio texto literário ocupa um lugar privilegiado, podemos observar que o trabalho de investigação minuciosa, a partir da análise de documentos estabelecido pelo professor Stanford, revela a tarefa fundamentada na reconstituição e entendimento do enunciado expressado por James Joyce.

Assim, o professor busca basear-se na interpretação histórica dos documentos que surgem como pistas de sua pesquisa filológica: os documentos (currículo do curso, o exame feito por James Joyce, seu boletim de notas) são fontes de pesquisas que apontam as obras pelas quais James Joyce teria sido influenciado em sua leitura e encontrado o “misticismo” que tanto lhe agradava. O estudo filológico feito pelo professor em seu artigo revela um trabalho de escavação do texto, neste caso, dos documentos pesquisados por Stanford, assim como a leitura aprofundada das obras lidas por James Joyce revelando, finalmente, que o misticismo afirmado pelo escritor tinha a sua origem nos diálogos estabelecidos entre os autores dessas obras.

Podemos verificar no artigo em estudo objetivos bem delineados: seu fundamento na pesquisa filológica, a construção biográfica do autor, a análise da história literária e o trabalho de interpretação. Logo, observamos outra questão pertinente à época de escrita e publicação do artigo em estudo: a urgência em reconstituir o mundo em que surgiu a obra coloca em segundo plano a questão sobre as próprias condições de possibilidade de certo tipo de enunciação num determinado momento da história. Isso significa que a aparente falta de leitores da obra e não do escritor Joyce, ou a “tendência” por uma determinada corrente de crítica literária, influenciava os professores a escreverem de acordo com esse modelo de trabalho, sendo que a obra era posta em plano secundário.

Podemos citar como exemplo a adesão do professor-autor em uma determinada corrente de análise de crítica literária, ou ainda a abertura da própria revista e de seus editores (nas edições que elegemos podemos falar de professores editores e professores organizadores convidados) para as

novas correntes do pensamento literário que veicularão com mais força no pós-estruturalismo (após 1960). No entanto, já podemos observar a inserção de outro professor (ref?), autor de um artigo incluso nessa mesma edição em que Stanford publica o seu trabalho, que se situa em uma outra corrente de crítica literária, uma vez que em seu artigo é apresentada uma análise sobre a questão da *poesia e música* presentes na obra *Ulysses*.²⁰ O professor propõe-se analisar a poesia e a música no texto joyciano, considerando a “adaptação das músicas no texto literário”, “a transposição dos modos de expressão da estrutura musical à estrutura verbal” e “o valor analógico ou simbólico que pode reverter uma composição musical em uma obra literária” (1959, p. 151). Em suma, o que notamos é que não há uma “demarcação de territórios” visível em que os professores-autores situariam os seus trabalhos em dada corrente de crítica literária e não em outra: o que há são “registros” de inserções discursivas em determinadas correntes que são representativas nos artigos críticos – no caso do artigo do professor Stanford, a filologia; no caso do professor Sternfeld,²¹ a poética.

Outra questão relevante que deve ser mencionada diz respeito ao editorial dessa edição da *R.L.M.* na qual se encontra o artigo em análise. Nele, o editor da revista, Michel J. Minard, justifica a relevância da apresentação dos artigos críticos sobre James Joyce, dada a importância de “apresentar uma ‘crítica essencial’ de Joyce” (1959, p. 05).²² Além disso, o editorial revela “a dificuldade ou impossibilidade de se procurar certos textos originais, faltosos, em relação às bibliotecas francesas, inglesas, americanas e irlandesas” (p. 06),²³ sendo a publicação dessas traduções de estudos ingleses sobre James Joyce para o francês uma possibilidade. Isso significa dizer que se iniciava em Paris se não uma crítica fundamental acerca de Joyce e sua obra, ao menos a busca nas universidades norte-americanas de professores motivados a contribuir com essa divulgação de crítica entregando seus artigos crítico-literários já publicados em sua língua de origem (o inglês) para serem traduzidos para o francês e

²⁰ É o caso do artigo *Poesie et musique dans l’Ulysse de Joyce*, de Frederick W. Sternfeld, escrito em 1956 e publicado nessa mesma edição de *La Revue de Lettres Modernes – Configuration Critique I*, de 1959 (p.151-193).

²¹ Na época, professor na *Oxford University*.

²² No original: “[...] pour assumer la présentation d’une ‘critique essentielle’ de Joyce”.

²³ No original: “[...] difficulté ou impossibilité de se procurer certains textes originaux, défaillance, à l’unisson, de bibliothèques françaises, anglaises, américaines et irlandaises”.

publicados na *R.L.M.* A falta de material crítico sobre James Joyce nas bibliotecas francesas, sendo que *Ulysses* foi publicado em Paris, surge também como uma justificativa para a consagração dessas edições na França.

O editor, ainda, revela no editorial a justificativa em se publicar dois volumes intitulados “Configuration Critique” e o aumento do preço das edições da *R.L.M.*, pois,

os aumentos sucessivos que têm estampado a indústria do livro e do papel, a elevação sensível dos diversos serviços e confecções, os honorários e direitos, a documentação e os *royalties* são de tal ordem, que excluem agora, uma vez que a revista não conta com nenhuma assistência externa, qualquer volume de erudição ou de crítica de mais de 300 páginas a um preço que não seja exorbitante. Nossos amigos nos compreenderão e nos perdoarão essa dicotomia (1959, p. 07).²⁴

Dessa forma, o editorial não somente explicitava os objetivos e justificativas da matéria trazida na revista, como também justificava o aumento do valor da edição com as devidas considerações a respeito do mercado editorial e da economia. Raramente se vê, hoje, esse tipo de diálogo com os leitores e, claro, é possível observar isso nas próprias edições da *R.L.M.* subsequentes a essa edição, o que revela uma outra conduta editorial. Um exemplo é a criação de vendas de assinaturas de revistas, ou seja, o leitor passa de comprador a assinante da revista, recebendo-a em sua residência por um preço melhor do que se comprasse mensalmente na livraria de sua universidade ou nas bancas. É uma prática capitalista de modernização da indústria editorial de revistas que trazem benefícios e ganho certo à editora e ao leitor, comodidade e economia.

Considerações finais

A tarefa de analisar o discurso da crítica literária universitária via *corpus*, formado por artigos crítico-literários de autoria de professores universitários, publicados na *La Revue des Lettres Modernes – Histoire des Idées et des Littératures*, com um recorte pelas décadas de 1956-1965 e 1988-1994, deu-nos

²⁴ No original: “[...] les augmentations successives qui ont frappé l’industrie du livre et du papier, l’élévation générale sensible des divers services et façons, les honoraires et les droits, la documentation et les royalties fon que le prix de revient est désormais tel qu’il exclut de sortir sans aucune aide extérieure quelle qu’elle soit un volume d’érudition ou de critique de plus de 300 pages à un prix qui ne soit pas exorbitant. Nos amis nous comprendront et nous pardonneront cette dichotomie”.

a possibilidade de perceber as correntes literárias vigentes na academia dependendo do período de publicação e de escrita do artigo. Por meio do trabalho de análise podemos refletir sobre a relação entre os gêneros “estudos em literatura” (especificamente o *gênero artigo crítico-literário*) e os gêneros literários (em nossa pesquisa consideramos o gênero romance).

Na análise do artigo crítico-literário em questão, consideramos que se trata inicialmente de posicionamentos de gêneros e que o lugar de autoria é construído historicamente, influenciando, dessa maneira, nos modos de filiações teóricas e práticas discursivas acadêmicas. Como resultado, há a produção de um conhecimento especializado sobre literatura: o gênero artigo crítico-literário, em uma tentativa de apropriação do gênero literário como forma de desvendá-lo, tece formas de conhecimento sobre o texto literário, utilizando para isso mecanismos de escrita crítico-literária. A filiação do professor-autor ao biografismo literário que expressa, por vezes, a ideologia acadêmica de um determinado grupo institucional foi o mecanismo de escrita que baliza o trabalho do professor Stanford.

O estudo sobre a relação entre o gênero artigo crítico-literário e os gêneros literários forneceu-nos a condição de verificar também os procedimentos técnicos editoriais de publicação das edições da revista em estudo, uma vez que tais procedimentos também devem ser considerados quando se trata da produção, publicação e gerência das compilações que trazem os artigos crítico-literários. São eles, em especial: i) a formatação das revistas: apresentação da temática, justificativa da matéria; ii) o aparecimento das temáticas especializadas e das coletâneas: como é o caso das edições que focalizam a crítica genética e a literatura comparada; iii) as notas editoriais: destinadas ao público leitor justificando aumento de valor da edição a partir de uma rápida análise econômica do mercado editorial.

Escolhido o lugar da análise do discurso da crítica literária universitária para este trabalho, tal seja a revista acadêmica especializada produzida por professores universitários, tratamos de crítica literária e universidade visando a configurar os elementos de interesse sobre o *corpus* de análise: James Joyce e sua obra *Ulysses*. Desse modo, estabelecemos uma memória discursiva da produção e publicação de *Ulysses*: como a recepção crítica de James Joyce entendeu a modernidade literária contida em seu romance e, principalmente, o modo de legitimação do autor moderno na universidade; para, assim, pensar o discurso da crítica literária universitária a partir de seu funcionamento.

Nesse sentido, focalizamos uma possível ordem do discurso da crítica literária universitária, em especial, via Foucault (2002), fizeram-se presentes como forma de observarmos a linguagem própria da crítica literária universitária, seus métodos e fundamentos, seus modos de julgamento e apreciação da obra. Voltamos a Lanson e sua metodologia de fazer crítica para a história literária na universidade, como pressuposto instaurador da crítica universitária especializada na academia. Esses métodos e fundamentos, como vimos, estão presentes no artigo crítico-literário do professor W. B. Stanford, *Le mysticisme qui plaisait a Joyce – Note sur la source première d’Ulysse* (1951), pois, no momento de escrita e de publicação do artigo crítico do professor Stanford, a história literária dominava a universidade e os estudos literários, sendo que as críticas eram voltadas para o estudo filológico do autor e obra.

STAFUZZA, Grenissa. Notes on an analysis of the discourse of universitarian literary criticism. *Revista do Gel*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 8-30, 2011.

ABSTRACT: *In this article, we offer some notes about an analysis of the discourse of universitarian literary criticism showing a trend of construction of the academic critical discourse specialized in the literature. For this purpose, we consider the transformation of the genre literary critical article, written by academics, published in a specialized journal, as well as the critical reception of James Joyce and his work, emphasizing its legitimation in the university.*

KEYWORDS: *Discourse Analysis. Academic Journal. Literary-Critical Article. James Joyce. Ulysses.*

Referências

BARTHES, R. **Crítica e verdade**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

COUTINHO, A. **Crítica de mim mesmo**. 1984. Disponível em : <<http://www.pacc.ufrj.br/literaria/mimmesmo.html>>. Texto de livre acesso na web. Acesso em: 22 fev. 2011.

DOSSE, F. **A história do estruturalismo – O campo do signo, 1945/1966**. Tradução de Álvaro Cabral. v. 1. São Paulo: EDUSC, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GORMAN, H. **James Joyce: his first forty years**. Nova York: Geoffrey Bles, 1941.

LANSON, G. **Histoire de la littérature française**. Paris: Hachette, 1938.

STANFORD, W. B. Le mysticisme qui plaisait a Joyce – Note sur la source première d’Ulysse. **La Revue des Lettres Modernes** – Histoire des Idées et des Littératures Configuration Critique de James Joyce I – PREMIÈRE PARTIE - TOME I. Paris: Lettres Modernes Minard, v. VI, n. 46-48, p. 135-144, 1959.

STAROBINSKI, J. **La relation critique**. Paris: Gallimard, 2001 (edição revisada e ampliada).

Obras consultadas

FOUCAULT, M. O que é a crítica? Crítica e Aufklärung. Tradução de Antônio C. Galdino. In: BIROLI, Flávia; ALVAREZ, Marcos César (Orgs.). **Cadernos da Faculdade de Ciências e Filosofia de Marília - Michel Foucault: histórias e destinos de um pensamento**. Marília: UNESP, v. 9, n. 1, p. 169-189, 2000.

STAFUZZA, G. B. **O discurso da crítica literária universitária: sobre James Joyce e Ulysses**. 2009. 274f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2009.